

Projeto Dinâmicas do São Francisco: Identificação e caracterização de terras tradicionalmente ocupadas na região de Januária-MG

São Francisco Dynamics Project: Identification and characterization of traditionally occupied lands in the Januária-MG region

ARAÚJO, Elisa Cotta 1; DAYRELL, Carlos 2; OLIVEIRA, Cláudia Luz 3; RIBEIRO, Luciana M. M. 4; THÉ, Ana Paula G. 5;

1 NIISA, elisacotta7@gmail.com; 2 NIISA carlosdayrell1@gmail.com; 3 NIISA, claudialuzo@uol.com.br ; 4 NIISA, lucianammr@gmail.com ; 5 NIISA, anathecomanej@yahoo.com.br

RELATO DE EXPERIÊNCIA TÉCNICA

Eixo Temático: Ancestralidade, terra, território

Resumo: Apresentamos a experiência Projeto Dinâmicas do São Francisco de pesquisa etnográfica, que resultou na elaboração de cinco “relatórios antropológicos de identificação e caracterização de comunidades remanescentes de quilombos”, realizada pelo Núcleo Interdisciplinar de Investigação Sócio-ambiental (NIISA/Unimontes). Neste relato descrevemos o caminho de pesquisa etnográfico e etnoecológico utilizado e a importância do processo de interação desenvolvido, que permitiram registrar, sistematizar, analisar e dar visibilidade aos saberes, fazeres e viveres de cinco comunidades quilombolas, em especial seus sistemas agrícola tradicionais e sistemas de conhecimento associados.

Palavras-Chave: sistema agrícola tradicional; quilombo; territorialidade.

Contexto

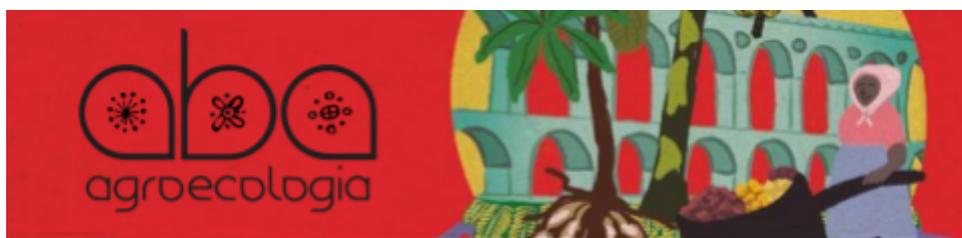
A experiência aqui compartilhada tem como referência o projeto “Dinâmicas Socioambientais na Bacia Média do São Francisco Mineiro: identificação e caracterização de terras tradicionalmente ocupadas por povos e comunidades tradicionais”, desenvolvido pelo Núcleo de Interdisciplinar de Investigação Socioambiental (NIISA) no período de 2016 a 2019, que consistiu em pesquisa de campo junto a comunidades pesqueiras, vazanteiras e quilombolas e resultou na elaboração de cinco Relatórios Antropológicos de Caracterização Histórica, Econômica, Ambiental e Sociocultural de Comunidades Remanescentes de Quilombo. Uma das comunidades se chama Caraíbas e está localizada no município de Pedras de Maria da Cruz, enquanto as demais, Croatá, Sangradouro Grande, Várzea da Cruz e Gameleiras fazem parte do município de Januária¹.

Descrição da Experiência

Nas situações de campo, o fazer etnográfico, etnoecológico e etnocartográfico foram acionados por meio de atividades propostas e planejadas junto às comunidades, durante

¹ Segundo dados do Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva (CEDEFES), atualizados em 04/06/2021,

Januária, conta com 43 comunidades quilombolas e é o município de Minas Gerais com maior número de comunidades certificadas pela Fundação Palmares. Para mais detalhes acessar o site: <https://www.cedefes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/Relacao-CNQ-em-Minas-Gerais-atualizadaem04062021.pdf>



reuniões e encontros, nas quais o trabalho de pesquisa foi esclarecido e pactuado, seguida de visitas às casas e entrevistas com os moradores mais velhos indicados como guardiões da memória dos grupos. Bem como, elaboração coletiva de mapas da ocupação antiga, dos agroambientes e da ocupação atual, e complementados pela realização de percursos e visitação aos lugares que assumiram importância na história social dos grupos para apreensão dos saberes etnoecológicos. A observação participante das situações ordinárias do cotidiano dos grupos durante a pesquisa permitiu o registro e a leitura do repertório de práticas produtivas e corporais, do vivido e a apreensão do *não dito*.

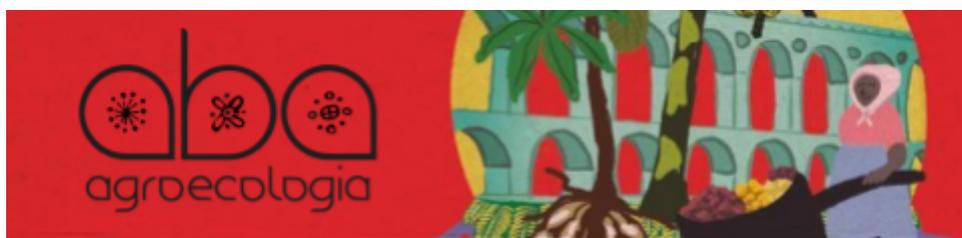
A história e organização social dos grupos foi levantada por meio de conversações, entrevistas e reuniões realizadas na casa de pessoas de referência, outrora em pequenos grupos reunidos à sombra das árvores, por meio de caminhadas e nos deslocamentos pelas estradas ou em embarcações pelo rio São Francisco, quando registramos a composição dos grupos familiares por meio da genealogia, os marcos de ocupação e relatos das relações de convivência histórica nos lugares e de sua transformação, bem como, narrativas abordando às alterações ambientais e os processos sociais vividos como, *o rio antes era estreito e profundo, hoje ele é largo e raso*.

Presenciamos também encontros e conversações entre “pessoas morais²” que integram coletividades distintas, oportunidade para observar o reconhecimento mútuo de uma sociabilidade que articula os diferentes grupos domésticos desde o passado e que vieram sendo interditas pelas cercas das fazendas, ocasião em que relembram histórias e ancestrais comuns e a rede de relações tecidas a partir dos moradores antigos. Encontros como estes, permitiram acessar evidências e levantar novas questões sobre o processo de territorialização, reunir informações sobre as relações de parentesco, ancestralidade e as fronteiras sociais assentadas, sobretudo, em éticas e cosmologias que regem a relação com os lugares.

Deslocamentos e conversações foram realizadas para tratar dos conhecimentos etnoecológicos sobre a formação de *vazantes* e *lagoas* nas *terras baixas*, periodicamente cobertas pelas *cheias* do rio São Francisco, bem como as regras locais, construídas socialmente e transmitidas por meio dos fazeres que regulam *direitos* de acesso e uso dos recursos ambientais e vieram sendo atualizados. Nestes momentos foram aprofundados temas que permitiram apreender as interpretações e os sentidos dados às mudanças ambientais, econômicas, culturais e políticas, que impactaram as relações ecológicas que sustentam o sistema agroalimentar vazanteiro e que hoje se encontram restringidas, como a pesca na lagoa, os plantios de vazante, a coleta de frutos nativos, a extração de madeira e lenha. Esta economia nativa se encontra ameaçada pela degradação do rio São Francisco e lagoas marginais promovidas pela intensificação do desmatamento associado à expansão da pecuária e empreendimentos agropecuários orientados exclusivamente para produção econômica e acumulação.

Na leitura dos processos de ocupação tomamos como referência Godói (2014), que compreende que o território “toma forma não só por meio da inscrição no espaço físico, mas nas narrativas, pois ele também é organizado discursivamente, sobretudo, quando se trata de territórios de povos para os quais a tradição oral ancorada na memória social tem peso importante” (GODOI, 2014, p. 10).

²Na antropologia esta noção é utilizada para se referir aqueles que não se apresentam simplesmente como indivíduos, mas representam a sua coletividade.



As narrativas registradas de diferentes interlocutores apontam que no passado não havia uma fronteira rígida separando as ocupações da beira rio daquelas, localizadas nas áreas altas, *o povo vivia espalhado*, e prevalecia uma dinâmica territorial com muitos fluxos e trânsitos. As famílias localizavam suas moradias nos altos entremeio às vargens, lagoas, beira do riacho e do rio São Francisco, e se deslocavam em consonância com os ciclos ecológicos para realizar as atividades de época - pesca de lagoa, o *desmanche* da farinha, a colocação de roça de vazante, a coleta de frutos do cerrado e de outros recursos cujos excedentes eram compartilhados e em parte comercializados na cidade - configurando uma extensa rede social que se atualizava através das relações de parentesco e afinidade, dos rituais religiosos da folia e da devoção aos santos e também pela troca de saberes e fazeres relacionadas à dinâmica de *cheia* e *vazante* do rio São Francisco. A fertilização das vazantes e lagoas pelas enchentes eram momentos muito esperados, pois potencializavam um conjunto de atividades e, nos anos de *cheia grande* quanto as águas cobriam as terras de morada se mobilizam para fazer a *retirada* para as *terras altas* levando consigo as criações. Muitas vezes, neste momento deslocavam a própria moradia, arrancando e situando suas casas de taipa nas imediações, ou mesmo, há mais de uma légua de distância.

O processo de territorialização é descrito a partir das moradas antigas, relacionadas a um tempo em que *a terra era livre e qualquer um podia apossar aonde quisesse*, cujos vínculos com os lugares são afirmados a partir do trabalho, *“a roça nossa era aí, no Vazantão do Croatá, encontrando com o Ipueira, na ilha do Barrerinho, plantamos roça lá, durante muitos anos”*. E os ambientes descritos, a partir de onde se vê, *daqui em Gameleira tudo que a gente vê é várzea*. Neste sentido, as diferentes unidades da paisagem, *vazantão, vargens, sangradouros* que nominam e especificam as comunidades são compreendidas de forma entrelaçada à história social dos grupos.

Através do perfil da paisagem, pode ser observada a configuração espacial e a localização atual dos grupos locais. As comunidades de Croatá e Sangradouro Grande, autoafirmadas como comunidades pesqueiras, vazanteiras e quilombolas localizam suas moradias e quintais na beira rio, no interior das *terras baixas*, enquanto as comunidades de Gameleira e Várzea da Cruz, autoidentificadas como comunidades quilombolas estão situadas na transição entre a *vargem* e a *mata*. Estas últimas estão relativamente distantes do rio, cerca de 6 e 4 km, na transição entre as *terras baixas* e as *terras altas*.

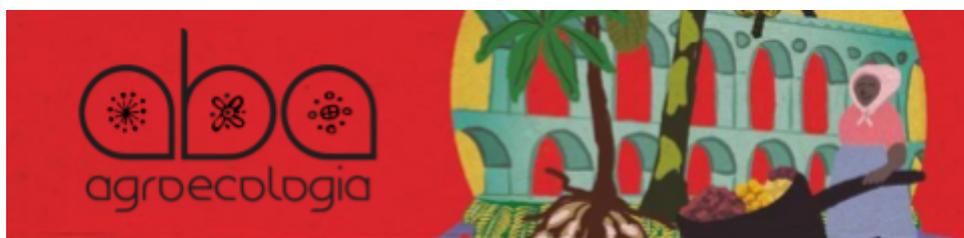
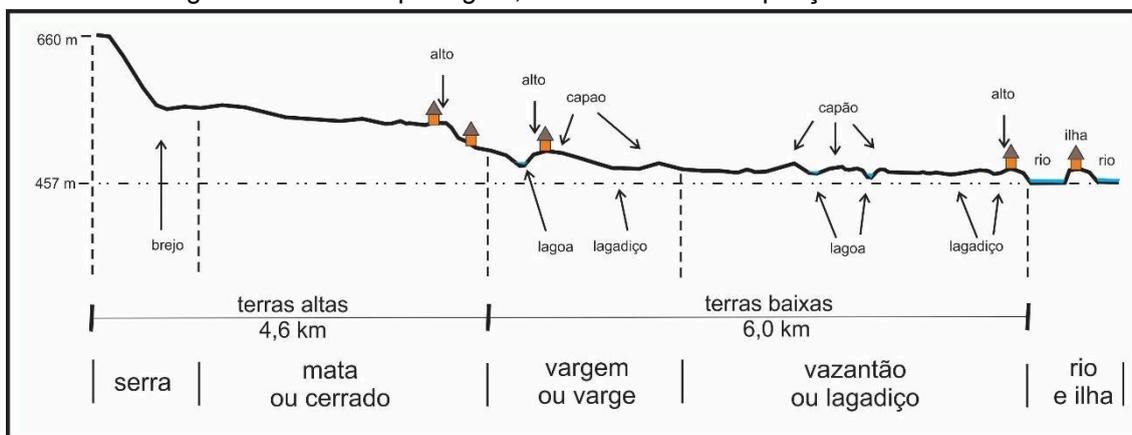


Figura 01: Perfil da paisagem, sentido Serra da Itapiraçaba - rio São Francisco.



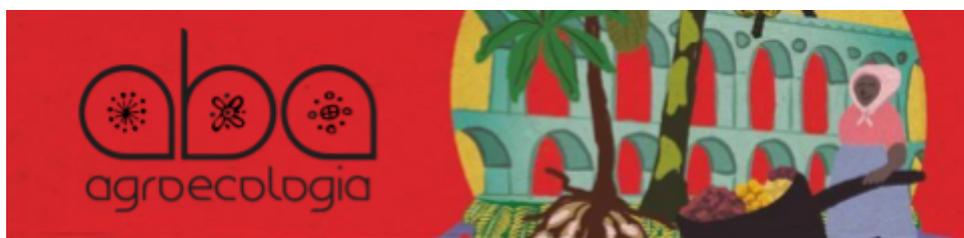
Fonte: NIISA (2019 c)

Os grupos sociais pesquisados interagem e são afetados pela movimentação das águas do rio São Francisco, ao qual se vinculam objetivamente e afetivamente. Por vezes, em suas narrativas os quilombolas descrevem o São Francisco como um rio em movimento e associam as mudanças no leito e nas margens à intencionalidade e capacidade de agência deste rio, embora também sinalizem que o Velho Chico não é o mesmo rio do passado, pois ele vem *perdendo sua força* em decorrência da construção de barramentos, destruição das matas, extração excessiva para irrigação.

Na lógica “nativa”, apreendida a partir do registro de narrativas durante entrevistas, reuniões e percursos, os ambientes recebem classificações próprias, o que passa pela conjugação de uma complexa gama de critérios que vão desde a percepção sensorial dos elementos que os compõem, aos usos tradicionalmente realizados/reelaborados ao longo do tempo e aos sentidos atribuídos, que compõem sistemas simbólicos ricos em detalhes. As variações do relevo, dos solos e da vegetação não são compreendidas de forma isolada, mas como atributos em interação que conferem qualidades diferenciadas e conformam unidade paisagística que juntas tecem um mosaico de possibilidades e complementaridade em interação, uma totalidade que se realiza pelos usos combinados conferindo qualidades específicas que proporcionam fazeres e viveres. Assim, na pesquisa tomamos a etnoecológica como referência para compreender a relação das comunidades quilombolas com as unidades da paisagem que compõem o seu território de ocupação tradicional.

Resultados

Os relatórios antropológicos registram tanto o risco sistema agrícola tradicional destes grupos que se afirmam com identidades múltipla, pescadores-vazanteiros-quilombolas, quanto sua organização social, relações de parentesco e processo de territorialização. Cada lugar tem o seu nome, cada nome tem o seu sentido, ao qual se relacionam afetivamente e associam usos diversos. O registro da memória por meio da qual as gerações atuais se situam na paisagem, quando destacam a forma como se relacionam com as lagoas, a relevância dos sangradouros, as características da vegetação das vargens e o sentimento de pertencimento que mantém em relação a estes lugares, ao qual se vinculam tendo como referência pés de plantas que



ali existem, (ou que mantêm na lembrança) e que foram cuidados e introduzidas pelos antigos moradores. As comunidades quilombolas se encontram numa luta pela permanência nos seus lugares de vida e enfrentam uma situação de conflito agrário com empresas agropecuárias e são perseguidos e ameaçados por milícias rurais. Como resultado do Projeto Dinâmicas tivemos os cinco relatórios antropológicos aprovados pelo INCRA, como etapa inicial do processo de regularização fundiária dos territórios reivindicados pelos grupos. Neste contexto, os relatórios antropológicos têm dado suporte às defesas dos grupos em ações de reintegração de posse, e são acionados pela Defensoria Pública da União e Ministério Público Federal em ação civil pública cobrando do Estado o cumprimento das demais etapas de regularização fundiária dos territórios.

Referência Bibliográfica

GODÓI, Emília P. **Territorialidade: trajetórias e usos do conceito**. Raízes. V. 34, n.2, jul-dez, pp. 8-16, 2014.

NIISA. **Relatório Antropológico de Caracterização Histórica, Econômica, Ambiental e Sociocultural da Comunidade Remanescente de Quilombo de Caraíbas** - Pedras de Maria da Cruz – MG. Montes Claros, MG. Unimontes, 2019a. 298p.

NIISA. **Relatório Antropológico de Caracterização Histórica, Econômica, Ambiental e Sociocultural da Comunidade Remanescente de Quilombo de Croatá**, Januária – MG. Montes Claros, MG. Unimontes, 2019b. 224p.

NIISA. **Relatório Antropológico de Caracterização Histórica, Econômica, Ambiental e Sociocultural da Comunidade Remanescente de Quilombo de Gameleira** - Januária – MG. Montes Claros, MG. Unimontes, 2019c. 317p.

NIISA. **Relatório Antropológico de Caracterização Histórica, Econômica, Ambiental e Sociocultural da Comunidade Remanescente de Quilombo de Sangradouro Grande** - Januária – MG. Montes Claros, MG. Unimontes, 2019d. 225p.

NIISA. **Relatório Antropológico de Caracterização Histórica, Econômica, Ambiental e Sociocultural da Comunidade Remanescente de Quilombo de Várzea da Cruz** - Januária – MG. Montes Claros, MG. Unimontes, 2019e. 271p.